

Mananciais contaminados

O diagnóstico socioambiental da bacia hidrográfica da Represa Billings, feito por órgãos do governo e organizações não-governamentais, revelou um quadro alarmante de ocupação irregular em áreas de mananciais. Nos últimos dez anos, a urbanização na região da represa aumentou 31,7% e mais de 45% desse aumento ocorreu onde havia sérias restrições ambientais, ou seja, muito próximo à represa. Para se avaliar a proporção dos danos ambientais causados àquela bacia hidrográfica, basta saber que entre setembro de 1999 e novembro de 2000, conforme os dados coletados pelo Instituto Socioambiental (ISA), o manancial da Billings perdeu 6,6% de sua cobertura vegetal nativa.

O ISA escolheu esses meses para a coleta de dados a fim de avaliar a relação existente entre período pré-eleitoral e ocupação irregular de mananciais. Loteamentos clandestinos se multiplicam – e não só em redor da Billings – às vésperas das eleições porque os loteadores são importantes cabos eleitorais de vereadores e outros políticos. O intermediário “vende” o terreno garantindo ao comprador a regularização do futuro imóvel, em troca de votos. A “regularização”, de fato, acaba ocorrendo porque o beneficiário dos votos consegue nomear apadrinhados para os cargos de decisão nas administrações regionais. Com isso, os loteamentos clandestinos se transformam em prósperos bairros cujos esgotos passam a ser despejados na represa.

O governo estadual também não escapa dessa pressão política. Há três anos, o governo de São Paulo pagou

a construção de obras de infra-estrutura em 313 bairros localizados em áreas de mananciais. Foram beneficiados loteamentos clandestinos nas Represas Billings e Guarapiranga e nas cabeceiras do Rio Tietê. Foram instaladas redes de água e esgotos e obras de drenagem.

Em 1999, entidades ambientalistas provaram que ocorriam duas invasões novas na área da Billings todos os dias. O Ministério Público acusou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de “omissão”. O governo estadual defendeu-se argumentando que o controle das áreas de mananciais, no que se refere a ocupação clandestina, é res-

Pressões políticas e disputas entre governos prejudicam a Billings

ponsabilidade municipal, tanto da Prefeitura de São Paulo como das prefeituras das seis outras cidades vizinhas pertencentes à bacia hidrográfica da represa.

Juízes e promotores sempre lamentaram que essas prefeituras nunca tenham providenciado qualquer tipo de alojamento para os invasores que deveriam ser despejados. Entidades ambientalistas estimam que cerca de 1,3 milhão de pessoas residam, hoje, em torno da Billings em áreas onde o zoneamento municipal e a legislação ambiental proíbem qualquer loteamento.

Essa situação não é muito diferente na Serra da Cantareira, cujos mananciais respondem por 52% da água consumida na capital. Como alertou o estudo do ISA, véspera de eleição é período perigoso para a contaminação dos mananciais de água que todos consomem. O jogo de empurra entre as prefeituras e o Estado não é mais tolerável. E, sem dúvida, cabe ao Ministério Público fazer que a lei seja cumprida.